

**HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E**

**VULNERABILIDADES SOCIAIS**

**PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido**

**SOCIEDADE UNIÃO BENEFICENTE 25 DE MARÇO: ASSOCIATIVISMO  
MUTUALISTA E TRABALHO (ESCADA, 1894-1900).**

SILVA, Juliane Maria do Nascimento<sup>1</sup>  
SANTOS, Maria Emilia Vasconcelos dos<sup>2</sup>

**Resumo:**

Este trabalho pretende apresentar o projeto de pesquisa (IC), financiado pela FACEPE, que busca analisar as experiências dos trabalhadores congregados na Sociedade União Beneficente 25 de Março no período pós-abolição, tendo como foco a Cidade de Escada, Pernambuco, entre os anos de 1894 a 1900. A perspectiva adotada foi a da História Social, que tem como uma de suas grandes referências o historiador Edward Thompson (1924-1993). Fundada há mais de cem anos, em 1894, essa sociedade é atualmente a mais antiga associação mutualista em funcionamento contínuo no país, e também é tombada pela prefeitura do município de Escada como patrimônio histórico. Nossos procedimentos metodológicos incluíram a transcrição dos documentos e a indexação das informações sobre a organização e suas atividades para o período de recorte da investigação. Por ser um projeto ainda em andamento, este artigo visa mostrar, em específico, as dinâmicas que ocorriam nas reuniões da diretoria da sociedade que estão registradas no Códice Livro de Atas número 2 (1896-1897), documento que faz parte do arquivo permanente/histórico da mutualista.

**Palavras-chave:** Associativismo. Mutualismo. Escada. Pernambuco.

**1. Introdução**

O século XIX foi um período de intensa transformação na sociedade brasileira. Suas duas últimas décadas foram marcadas pela Abolição da escravidão em 1888 e a queda da monarquia com a instauração da República, uma forma de governo que propunha a igualdade entre as pessoas e direito à cidadania para todos. Porém, o fim da escravidão não significou uma verdadeira liberdade para a população negra. A ideia de igualdade que a República recém instaurada trazia não abraçou negros e negras, que tornaram-se

---

<sup>1</sup> Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) sob orientação da profa. Dr<sup>a</sup> Maria Emilia Vasconcelos dos Santos. Bolsista FACEPE 2021-2022. E-mail: [juliane.nascimento@ufrpe.br](mailto:juliane.nascimento@ufrpe.br).

<sup>2</sup> Profa. Dr<sup>a</sup> do Departamento de História e da Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: [emilia.vasconcelos@ufrpe.br](mailto:emilia.vasconcelos@ufrpe.br).

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

uma grande parcela da população marginalizada e abandonada a sua própria sorte. E é neste século também que as associações mutualistas começam a ganhar força e a se multiplicar pelo país. Estas associações foram importantes na vida dos trabalhadores numa época em que não existia previdência social e nem leis que legislavam acerca do trabalho. As doenças e a morte foram questões importantes nos serviços oferecidos pelas mutualistas, e a forma de sepultamentos também trouxe alguns debates sobre práticas de higiene para a sociedade.

Os primeiros anos da República foram marcados por uma liderança elitista e militar, juntamente com uma legislação que tinha a alfabetização como critério eleitoral, o que acarretou em grande parte da população sendo excluída do exercício da cidadania através do voto, pois, para ter uma noção, cerca de 64,9% do povo brasileiro em 1920 era analfabeto (FOSSATI; JUNG, 2018). A ideia de igualdade promovida pela República, mas que na prática não foi sentida pelo povo, gerou muitas revoltas populares, que acabaram sendo suprimidas pelos militares. Depois começou a chamada política dos estados, os mineiros e paulistas revezavam na presidência do país, e isso deu origem a chamada “política do café com leite”, visto que São Paulo e Minas Gerais eram os principais produtores de café e leite respectivamente. No cenário político pernambucano, estado notável na produção de açúcar, o início da República foi marcado pela disputa entre as facções do Partido Liberal, o Partido Conservador e os Republicanos Históricos (ZACARIAS, 2009). Os municípios eram dominados por coronéis e oligarquias, onde essa última contava também com senhores de engenho.

Lilia Moritz Schwarcz (2012) afirma que após a Abolição e marginalização da população negra, a hierarquia na sociedade passou a ser pautada pela diferenciação racial, onde os aspectos fenóticos, como boca e nariz por exemplo, e outros “indícios” passaram a ser, nas palavras da escritora, “‘estigmas’ definidores da criminalidade e da loucura” (SCHWARCZ, 2012, p. 21). Assim, o racismo tornou-se uma nova forma de exclusão, não apenas com os pretos, pardos e mestiços, mas também com os indígenas. Schwarcz pontua que no final do século XIX existiam dois Brasis, apesar de ser um só: de um lado tinha o Brasil onde encontrava-se a cidade, que era definida pela indústria, oportunidades

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

de trabalho, mercado e pelas políticas de exclusão; e do outro lado existia um Brasil com o restante, que ficam distribuídos pelos sertões ou pelas florestas fechadas.

Englobando esse período de grande transformação na sociedade brasileira que foi o século XIX, o associativismo mutualista também foi um fenômeno marcante dessa época. Viscardi (2010), em sua análise sobre as abordagens históricas acerca das mutualistas, pontua que durante a maior parte do século XX esse tipo de associativismo era estudado a partir de sua vinculação ao movimento sindical. Mas, segundo a autora, essa era uma visão de alguns historiadores da época que não eram, em suas palavras, “empáticos a uma modalidade de organização social que se espalhava entre os trabalhadores, mas que não tinha, necessariamente, compromissos com a resistência contra os abusos da capital” (VISCARDI, 2010, p. 31). As mutualistas poderiam na realidade, ainda segundo a professora, amenizar os conflitos entre as classes ao garantir, por exemplo, uma proteção extrassalarial. Para Viscardi, a complexidade do fenômeno mutualista deve nos incitar a pensar sobre as motivações que fizeram com que vários trabalhadores investissem nessa organização e na sua manutenção por décadas. Mas é importante pontuar aqui também, que numa generalização talvez não seja pertinente essa vinculação tão direta das mutualistas com o movimento sindical, porém, é importante esclarecer que isso não quer dizer que elas sejam indiferentes às causas da classe que a maioria dos sócios pertencem, que é a classe trabalhadora.

Serviços importantes e característicos da maioria das mutuais eram os socorros em caso de doença e morte. Especificamente em Pernambuco no século XIX, Vanessa Sial (2005) pontua que a estado passou por vários surtos epidêmicos, sendo os mais graves os de febre amarela, entre 1849 e 1852, e a grande epidemia de cólera em 1856, que levou a óbito 3.338 pessoas apenas no Recife em 3 meses. Já no fim da década de 1880, foi a vez da varíola, conhecida popularmente como “bexiga”, que vitimou fatalmente cerca de 2.500 pessoas em sua primeira incidência. Outras epidemias também estiveram presentes no século XIX como gripes, parasitoses, diarréia e sífilis, por exemplo. Os médicos higienistas culpavam a insalubridade das cidades e os sepultamentos feitos em igrejas como as principais causas das doenças, e, por isso, eles propuseram que os costumes

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

tradicionais deveriam ser mudados. Em relação especificamente aos sepultamentos, o século XIX virou palco de um grande embate entre a Igreja e as autoridades do governo, visto que este último proibiu os sepultamentos nas igrejas, seguindo as recomendações dos higienistas. Dessa forma, ao longo do século XIX, alguns cemitérios foram construídos em Pernambuco, e a sociedade se viu diante de uma mudança de tradição que antes era de domínio da igreja e os fiéis tinham costumes de visitar seus entes queridos corriqueiramente.

Diante dessa contextualização sobre o século XIX, apresentamos então a Sociedade União Beneficente 25 de Março (SUB 25 de Março), fundada em 1894 na cidade de Escada, Pernambuco. Este projeto de pesquisa de Iniciação Científica, financiado pela Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pretende analisar as experiências dos trabalhadores congregados na SUB 25 de Março no período pós-abolição, tendo como foco os anos de 1894 a 1900, e neste artigo apresentará as dinâmicas das reuniões realizadas pela diretoria da sociedade que estão registradas nas atas do Livro de Atas número 2 (1896-1897). A SUB 25 de Março é hoje a instituição, desta modalidade, mais antiga em funcionamento contínuo no país. Tratamos aqui de uma sociedade de auxílio mútuo fundada e composta, para os anos do recorte temporal de nossa pesquisa (1894 a 1900), por homens trabalhadores. Atualmente, a sede da SUB 25 de Março é tombada como patrimônio histórico pela prefeitura do município de Escada.

A Presença da data 25 de março no nome da sociedade foi um dos principais fatores que chamaram a atenção para que fizéssemos o estudo da mesma, pois acreditamos que a data poderia ser em referência a abolição da escravidão que ocorreu no Ceará em 25 de março de 1884. O nome da associação, fundada num período recente a abolição da escravidão no Brasil (1888), chamou ainda mais a atenção por estar localizada em um município que tem muitos engenhos de cana-de-açúcar. A principal mão de obra desses engenhos por muito tempo foi de negras e negros escravizados, e isso nos permite depreender que a grande parte da classe trabalhadora da cidade de Escada, nos anos de 1894 a 1900, ainda era composta por negros e negras, só que agora não mais como pessoas escravizadas. E isto nos impulsiona a pensar que a SUB 25 de Março tem grande

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

probabilidade de ter membros negros e egressos do cativo. Porém, o principal documento analisado até o presente momento desta pesquisa, que chamamos de primeira etapa, foi o Códice Livro de Atas nº 2, que pertence ao arquivo permanente/histórico da SUB 25 de Março, e ele não nos forneceu nenhuma informação que ligue o nome da associação ao dia da abolição da escravidão no Ceará. Mas isso apenas nos mostra que ainda há muito o que pesquisar e estudar nos documentos da sociedade e nos documentos sobre ela que podem estar em outros arquivos, como nos cartórios e prefeitura da cidade.

## 2. Metodologia

A perspectiva adotada foi a da História Social, que tem como uma de suas grandes referências o historiador Edward Thompson (1924-1993), onde ele buscou dar destaque as experiências de homens e mulheres reais, conferindo-lhes a importância que eles têm como sujeitos históricos, assim, ele deu ênfase as práticas cotidianas, aos costumes, valores, conflitos, resistências, lutas e solidariedade dos trabalhadores. Utilizando questões, técnicas e métodos da História Social e da micro-história, buscaremos dar visibilidade as trajetórias dos que vem debaixo.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na transcrição das digitalizações do Livro de Atas número 2 da Sociedade União Beneficente 25 de Março e a indexação em tabelas das informações sobre a organização e suas atividades para o período de recorte da investigação. A transcrição buscou preservar as características linguísticas e gráficas do documento manuscrito, e foi um trabalho em conjunto da bolsista e orientadora. Este códice compreende os anos de 1896 a 1897. Portanto, o documento transcrito não é o primeiro livro de atas da sociedade. Não encontramos o códice que registrou as dinâmicas da diretoria da sociedade em seus dois anos iniciais, 1894 e 1895, juntamente com a primeira metade do ano de 1896. Porém, através do Livro de Atas número 2, foi possível obter informações e conhecimento sobre várias pautas que eram discutidas nas reuniões da sociedade.

O local em que estão depositados os documentos na sede desta sociedade não dispõe de um ambiente favorável à sua preservação, e a maioria deles se encontravam

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

empoeirados e amontoados um sobre o outro, o que pode ser observado na imagem logo abaixo. É visível que há certa desatenção na conservação dos documentos, mesmo que boa parte deles ainda façam parte do arquivo corrente da sociedade, pontuando, porém, que não é o caso do códice aqui transcrito que está incorporado ao arquivo permanente/histórico. Vale ressaltar também que não se teve acesso aos estatutos da sociedade entre os anos de 1894 e 1900, recorte temporal da pesquisa, e nem mesmo sabe-se se ainda existe, e por isso é necessário consultar os arquivos do cartório da cidade de Escada, visto que a partir de 1893 as associações mutualistas tinham de registrar-se em cartórios civis (VISCARDI, 2010), o que torna possível encontrarmos os estatutos da sociedade nesses arquivos.

Figura 1: arquivo da SUB 25 de Março.



Fonte: arquivo pessoal de Maria E. V. dos Santos.

O acervo arquivístico da SUB 25 de Março é composto por documentos textuais (Livros de Atas, Livro de Registro de Sócios e Livros de Contabilidade) e fotografias. Em levantamento preliminar na sede da instituição foram localizados cerca de 70 volumes de códices produzidos pela SUB 25 de março, alguns deles com 31 cm de altura e 22 cm de largura, um pouco maior em altura que o papel A4 (21 cm x 29,7 cm), com média de 200 a 400 páginas por volume.

Para fazer a descrição e análise acerca do Códice Livro de Atas da Sociedade União Beneficente 25 de Março, é necessário recorrer, segundo Heloísa Bellotto (2020), a

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

análise dos elementos externos (ou físicos), internos e intermediários que devem ser pontuados nos documentos históricos. Dentre eles: o espaço ou volume; a quantidade; o suporte; o formato; a espécie; o tipo; o gênero; a proveniência; a função; seu conteúdo substantivo; o lugar onde foi escrito e a data. Alguns desses pontos já foram citados anteriormente, como a espécie (ata), volume (nº 2), lugar (Sede da SUB 25 de março/Escada), data (1896-1897), formato (códice) e o gênero (textual), já os demais pontos serão abordados a seguir. O livro de atas nº 2 é um documento manuscrito em papel, com noventa e oito folhas escritas na frente e no verso, três folhas com apenas a frente escrita e a capa, resultando assim em duzentas páginas transcritas. Porém, dezesseis páginas são de sessões do ano de 1899, e não se sabe como e por que essas atas estão no livro dos anos de 1896 e 1897, como consta na capa do volume. A capa do códice é dura, mas tanto ela, a tinta e o papel utilizado ainda não tiveram seus materiais identificados. Sendo de produção da sociedade, o livro de atas nº 2 é um documento permanente da casa. Apesar das más qualidades do local onde fica o arquivo da sociedade, as folhas do referido códice estavam em bom estado, visto que, em sua maioria, as letras estavam legíveis.

A ata é o registro resumido dos acontecimentos e decisões importantes que ocorrem numa reunião, de modo que não seja possível alteração posterior, podendo ser assinada por todos os membros presentes na reunião ou somente pelo secretário e presidente. Atualmente, as atas apresentam alguns elementos padrão: número da ata, data e hora do início da reunião, local onde eram realizadas as reuniões, natureza da reunião, identificação do presidente, secretário e membros presentes, síntese das pautas discutidas e decisões tomadas, e aprovação da ata por meio de assinatura de todos os membros presentes ou apenas do presidente e secretário. O livro de atas nº 2 apresenta elementos na estrutura do texto muito parecida com a dos dias atuais, seguindo uma padronização, o que demonstra o conhecimento dos membros sobre elaboração de documentos oficiais.

No início da ata, consta a data da realização da sessão que geralmente ocorria aos domingos. A descrição dos eventos inicia-se pontuando a hora de abertura, que no caso são as quatro horas da tarde. O presidente segue para a chamada de presença dos sócios

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

e tendo o número legal de sócios presentes, que identificamos na sessão do dia 10 de outubro de 1897 ser de no mínimo dez membros, a sessão é aberta. Em seguida é feita a leitura da ata da sessão anterior, que segue para votação, podendo ser aprovada ou reprovada. Sendo reprovada, é explicado o motivo para tal e a sessão segue uma discussão para resolver os pontos que causaram a reprovação da mesma. Sendo aprovada, a sessão prossegue para o debate de pautas, como, por exemplo, leitura de ofícios, apresentação de novos membros, cobranças de dívidas, formação de comissões, etc. Quando não há mais nada a tratar e não há ninguém que queira usar a palavra, a sessão é encerrada. Ao final, dois pontos são característicos do livro de atas dessa sociedade: a frase “Sala das Sessões da Sociedade União Beneficente 25 de Março”, podendo ou não constar nesta mesma frase a cidade (Escada) e a data; e a assinatura do secretário e do presidente ou quem o represente em sua ausência. As atas, por vezes, apresentam anotações feitas depois do fim da sessão, podendo conter algumas decisões tomadas a posteriori, explicando a atitude de algum sócio durante a sessão, acrescentando algumas informações e resoluções que passaram despercebidas durante a reunião, etc.

O livro de atas é um testemunho das sessões da sociedade, e quem participava da vida administrativa era a diretoria da casa e os sócios efetivos, sendo elas regidas pelo presidente, mas na ausência deste quem assumia o posto era quem vinha depois dele na hierarquia, no caso o Vice-Presidente, como está indicado nas atas. Ao que podemos identificar neste códice, a sociedade na época era composta por homens, e as únicas menções a mulheres nas sessões são feitas pelos próprios sócios, como, por exemplo, o pedido de doação de um ataúde solicitado pelo sócio Antonio Francisco da Costa Campos para uma mulher que é referenciada por ele como desvalida na sessão do dia 7 de fevereiro de 1897; e a apresentação de um requerimento com o pedido de auxílio à sociedade de uma senhora chamada de Clara Maria da Conceição que consta na sessão do dia 2 de maio de 1897. As menções nas atas a alguma figura feminina são sempre como uma terceira pessoa, não como alguém que era membro da sociedade.

A composição da diretoria se dava por meio de votação entre os sócios. Os cargos eram: presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretário, tesoureiro, primeiro e

## HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

segundo procurador, fiscal, orador, e os seis membros do conselho. As reuniões ordinárias ocorriam no domingo, porém, às vezes, haviam sessões extraordinárias. Os membros da diretoria, a partir de 23 de maio de 1897, que faltassem às sessões sem ter um motivo justo para tal seriam multados em dois mil réis. Para as tomadas de decisões com relação às solicitações dos sócios, a maioria era posta em votação, porém, algumas eram submetidas ao conselho. Já a nomeação dos sócios que iam compor as comissões ficava a cargo do presidente da casa. Sobre os estatutos da sociedade pouco se sabe, porém, há trechos nas atas que falam sobre alguns artigos, como é o caso do Artigo 36, constado na ata de 25 de julho de 1897, que pontua sobre a suspensão de direitos e regalias de sócio aos membros que se encontram com as mensalidades atrasadas.

No livro de atas nº 2 consta também a eleição de uma nova diretoria que ocuparia os cargos entre os anos de 1897 e 1898. Essa eleição está registrada na ata da sessão de 25 de abril de 1897, contando com os votos de 46 sócios. A ata mostra que a eleição ocorreu pacificamente e não houve nenhuma contestação sobre os resultados. Porém, conflitos entre os sócios são situações comuns tratadas nas atas, como, por exemplo, o conflito do orador Manoel José Lopes com o primeiro secretário Manoel Severino Bruno na sessão do dia 27 de junho de 1897. O motivo da discussão é o pedido de socorro solicitado pelo orador para o sócio Francisco Archanjo que, segundo Lopes, estaria doente. Para averiguar se o pedido de socorro era de fato merecido, o primeiro secretário pediu que o presidente nomeasse uma comissão para tal fim, mas o orador se sentiu ofendido e essa questão se estendeu por mais três sessões e terminou com Lopes pedindo sua eliminação da sociedade, mas a solicitação lhe foi negada. As atas nos mostram tanto a união dos sócios e a vontade deles de fazer a sociedade prosperar, como fica explícito na inauguração da sede da SUB 25 de Março, que consta na ata de 3 de janeiro de 1897, quanto os conflitos e discussões entre os mesmos, como foi descrito anteriormente.

Os sujeitos que apareciam com mais frequência nas atas eram os que ocupavam os cargos da presidência, vice-presidência, orador, tesoureiro e secretário. Os temas mais corriqueiros eram dívidas de mensalidades e suspensão de regalias de sócio; composição de comissões para visitar sócios doentes, como é o caso da nomeação da comissão para

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

visitar o consórcio Domício Travasso Sarinho que estava internado no Hospital Português, que consta na sessão de 30 de agosto de 1896; solicitação de missas para sócios que faleceram; doação de ataúdes, como foi citado no caso da mulher desvalida; festejos; entre outros. Havia também o contato e menção com outras associações como pode ser observado do convite que a Associação Juventude Escadense 30 de Julho enviou a SUB 25 de Março para eles participarem de suas atividades inaugurais, como aparece na sessão do dia 6 de agosto de 1896; e a presença de um membro, Antonio Roiz [Rodrigues], que fazia parte também de uma sociedade musical, constado na sessão do dia 23 de maio de 1897.

Nas atas, são citados três tipos de sócios: o efetivo, o benemérito e o honorário. Porém, não é possível saber, no atual estado da pesquisa, a diferença entre os três tipos, visto que não há nenhuma explicação nesse sentido nas atas, apenas sabe-se que os sócios honorários e beneméritos não podem votar e somente o sócio efetivo pode votar, ser votado e participar das sessões. Porém, alguns casos como o do presidente (1896-1897) Manoel Thomaz de Albuquerque, que tornou-se “sócio benemérito com efetividade” na sessão do dia 3 de janeiro de 1897, e o do presidente (1897-1898) Antonio Francisco da Costa Campos, que foi citado como sócio benemérito na sessão do dia 27 de junho de 1897, nos traz alguns questionamentos sobre os direitos e deveres desses diferentes tipos de sócios e como eles atuavam na dinâmica da sociedade. Dessa forma, para entender essas questões é necessário a consulta e transcrição de outros documentos da sociedade para o período aqui estudado.

Com o fim da transcrição do Livro de Atas nº 2 da Sociedade União Beneficente 25 de Março, foi possível então conhecer o funcionamento da Sociedade a partir das ações da diretoria da casa, porém, o livro de atas não nos fornece todas as informações que precisamos e inclusive nos trouxe algumas dúvidas e questionamentos, como, por exemplo, a diferença entre os tipos de sócios, e, por isso, se faz necessário buscarmos mais informações e também saber mais sobre os outros membros da casa que não faziam parte da mesa diretora. Dessa forma, consulta em jornais de Pernambuco e em cartórios

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

# VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

da cidade de Escada, por exemplo, juntamente com a consulta de outros documentos dos arquivos da própria sociedade, são alguns dos próximos passos da pesquisa.

### 3. Resultados e discussões

Marcel Van Der Linden pontua que na década de 1830 “os trabalhadores reelaboraram suas ‘velhas’ formas de autoproteção, como as práticas de socorros mútuos em caso de doença ou de morte” (LINDEN apud BATALHA; CORD, 2014. p. 12). Através do Livro de Atas nº 2 da Sociedade União Beneficente 25 de Março, é perceptível como essas práticas adotadas pelas associações mutualistas a partir da década de 30 são alguns dos assuntos mais corriqueiros da SUB 25 de Março.

Os membros da SUB 25 de Março a definem como uma sociedade pautada pelos princípios da benemerência e caridade. Ela foi fundada em uma década na qual o país passava por uma grande transformação social e política: o pós-abolição, suas dificuldades e adequações às novas formas de gerir a mão de obra que não era escravizada; fim da monarquia e chegada do período republicano; etc. Em uma época em que não existia previdência social e nem legislação de proteção ao trabalho, a SUB 25 de Março desempenhou um papel marcante na vida de seus sócios, que dependiam quase que exclusivamente dela para ter acesso a dinheiro e serviços em caso de doença, morte ou de alguma situação em que o sócio precisasse e a sociedade aprovasse. Ela ainda era um ponto de encontro para outras questões envolvendo seus membros e os lugares que ficavam em seu entorno. A sociedade, pelo que lemos nas atas, foi uma associação de grande valor na cidade de Escada no período que estamos estudando (1984 e 1900), tanto que o nome da rua em que a sede foi instalada, que se chamava Rua do Cemitério, foi mudada para Rua 25 de Março, como nos mostra a ata da sessão do dia 2 de maio de 1897.

Durante a transcrição do livro de atas nº 2, buscamos observar principalmente dois pontos: a profissão e a cor dos membros. Esses dois pontos são dados importantes para podermos fazer análises mais específicas sobre as experiências individuais dos sócios. Através dessas informações poderemos compreender não apenas a articulação social de

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

uma classe trabalhadora, mas também se a SUB 25 de Março tinha como sócios trabalhadores negros. Procurar a possibilidade dessa sociedade ter como membros pessoas negras se faz importante pelo fato de estudarmos um período em que os egressos do cativeiro obtiveram suas “liberdades”, mas não tiveram suporte nenhum do Estado no que diz respeito a sua inserção na sociedade: seja sobre moradia, trabalho ou exercício da cidadania.

Tendo um olhar mais sensível para esses dois pontos citados, os dados que as atas nos oferecem sobre essa questão são escassos. Quando os sócios se referem à profissão de algum deles, na maioria das vezes, eles se denominam como artistas. As poucas menções a ocupação específica de um sócio, como é o caso da citação a trabalhadores de carpina e marceneiros, trata-se de uma informação direcionada a vários sócios sem os identificar. Muitos sócios da SUB 25 de Março são trabalhadores e residentes de engenhos, e, por isso, nas atas alguns engenhos são citados como o Engenho Refresco, Engenho Bosque e o Engenho Cabeça de Negro. Vale ressaltar também que o sócio José Baptista Ferreira de Moura é citado na ata da sessão do dia 19 de setembro de 1897 como artista e proprietário, e isto nos permite refletir acerca da condição/situação social desse sócio, apesar de que nesta mesma ata ele está com o pagamento de mensalidades em atraso.

No que diz respeito a cor dos sócios, que é um ponto de grande relevância para nossa pesquisa, as atas não fazem nenhuma menção sobre esse aspecto. Em algumas situações se referiram aos membros como sócio ou senhor, mas nunca mencionam a sua cor. Por essa ser uma questão importante neste estudo, a consulta de outros documentos como assentamentos de batismo, casamento e óbito se faz necessário, até mesmo para que possamos compreender mais sobre os sócios que não fazem parte da diretoria da casa ou não participam das sessões.

As atas, apesar de não termos acesso aos estatutos da sociedade, nos dão algumas informações importantes sobre o valor da joia que precisa ser pago para ser aceito como sócio e o valor da mensalidade. Na ata da sessão do dia 13 de dezembro de 1896, foi aprovado que quem fosse proposto para sócio a partir de 1 de janeiro de 1897 teria de

## HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

pagar a joia no valor de 10.000 réis e mensalidade no valor de 1.000 réis. Porém, vale ressaltar que em algumas ocasiões é permitido que o pagamento seja feito através de serviços, como é o caso do sócio Francisco Gonçalves Ramos na sessão de 15 de agosto de 1897, que fez o pagamento de suas mensalidades em atraso concedendo a sociedade 22 dúzias de fogos, ao qual ele ficou como depositário e faria entrega dos fogos a qualquer momento que a sociedade solicitasse.

Um acontecimento que consta nas atas e que merece ser aqui exposto, é a comoção que a sociedade passou no momento em que ajudou o vice-presidente da casa, Adolpho Affonso Bandoux, que sob a acusação de ser ladrão acabou sendo preso injustamente na cidade de Canhotinho, segundo argumentaram os sócios na ata do dia 22 de agosto de 1897. Os sócios fizeram arrecadação de dinheiro entre eles para poderem pagar os custos que eles teriam nos esforços para inocentar o senhor Bandoux, solicitam advogado e nomeiam uma comissão para reunir assinaturas para serem enviadas ao questor policial do Recife. No dia seguinte o vice-presidente é solto e, para comemorar sua soltura, os sócios fazem uma sessão extraordinária no mesmo dia (sessão do dia 23 de agosto de 1897). Aqui podemos vislumbrar o que Marcelo Mac Cord e Claudio Batalha (2014) se referem ao utilizar os termos “organizar e proteger” em relação as mutuais.

Porém, como já foi dito no tópico de metodologia, os conflitos entre os sócios também estão presentes nas atas. Mas o exemplo mostrado foi o conflito entre sócios, por isso, vale ressaltar aqui um exemplo de um posicionamento questionando os princípios norteadores da sociedade e sua gestão, como é o caso do sócio José Leal na sessão do dia 5 de setembro de 1897, onde ele pede sua eliminação fazendo críticas a SUB 25 de Março ao afirmar que a instituição era uma casa de beneficência e não para realizar festas. Outro caso é a eliminação, que foi aprovada por unanimidade de votos, do sócio Manoel José Lopes na sessão do dia 17 de outubro de 1897, sob acusação de ter desvirtuado a SUB 25 de Março perante pessoas estranhas. Assim, ainda que o desejo dos membros da sociedade fosse fazê-la prosperar e a admiração deles por ela se sobressaia nas atas, alguns sócios também tinham suas críticas a mesma, porém, isso pouco nos é mostrado.

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

# VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Como já foi citado, os sócios definem a caridade como uma das funções da sociedade. Isso é observado principalmente nas partes das atas em que há a doação de ataúdes para indigentes e pessoas que não tem condições. Um outro momento que os sócios fazem caridade é o que acontece na ata da sessão do dia 2 de maio de 1897, quando eles fazem uma cota para ajudar uma senhora chamada Clara Maria da Conceição, vinda da cidade de Gameleira para pedir auxílio da sociedade. Uma das atividades mais presentes nas atas é a nomeação de comissões, sejam elas para arrecadar dinheiro ou, a mais comum, para visitar sócios doentes. Nas atas, muitos sócios são citados em situações em que estão doentes, porém, na maioria das vezes, a doença não é especificada. Apenas em dois momentos essa informação foi dada, no caso do sócio Antonio Soares Lins, citado na ata de 14 de fevereiro de 1897, e do sócio Antonio João de Amorim, citado na ata de 7 de março de 1897, onde a enfermidade de ambos é chamada de “bexigas”, que é como chamava-se popularmente a varíola, doença que causou epidêmias em Pernambuco no século XIX.

Para finalizar, uma questão que não está presente nas atas foram os debates políticos acerca de questões profissionais como salário, carga horária, disciplina, etc., e era uma temática que esperamos encontrar, visto a SUB 25 de Março reunir uma classe trabalhadora. Cláudia Viscardi (2010), pontua que as mutuais não tinham como propósito a luta política em favor dos trabalhadores, porém, isso não quer dizer que eles estivessem indiferentes a elas. As mutuais tinham como foco principal a proteção social, e talvez seja por isso que não se tenha nas atas discussões sobre as questões acima citadas.

## Referências

BATALHA, Claudio H. M.; MAC CORD, Marcelo (Orgs.). **Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A Diplomática na formação do historiador. **Revista de Fontes**, v. 07, n. 13 – Guarulhos, dez. de 2020 – ISSN 2359-2648. p. 48-49. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/11527/8428>. Acesso em: 26 nov. 2021.

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

## VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

DURANTI, Luciana. **Diplomática**: novos usos para uma antiga ciência. **Revista de fontes**, v. 07, n. 13 - Guarulhos, dez. de 2020 - ISSN 2359-2648. p. 6-39. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/11968/8430>. Acesso em: 26 nov. 2021.

Guia prático de elaboração de documentos oficiais e atos normativos na UFSC. **UFSC - Redação Oficial**. Disponível em: <https://redacaooficial.paginas.ufsc.br/files/2020/02/GUIA-PR%C3%81TICO-DE-ELABORA%C3%87%C3%83O-DE-DOCUMENTOS-OFICIAIS-E-ATOS-NORMATIVOS-NA-UFSC.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2021.

JUNG, Hildegard Susana; FOSSATTI, Paulo. Duas décadas de LDB 9394/96: gênese, (des)caminhos, influência internacional e legado. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 21, n.3, p. 53-65, Setembro/Dezembro 2018 – e-ISSN: 2237 -8707. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45213/pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das igrejas ao cemitério**: políticas públicas sobre a morte no Recife do Século XIX. 2005. 358p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (coor.). **Abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAN DER LINDEN, Marcel (ed.), **Social security mutualism**: The comparative history of mutual benefit societies. Bern, Peter Lang, 1996. apud BATALHA, Claudio H. M.; MAC CORD, Marcelo (Orgs.). **Organizar e proteger**: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23 – 29. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p23/17216>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. **Legalidade e autoridade**: a implantação da República no Estado de Pernambuco (1889-1893). 2009. 159p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, História, Recife, PE.

ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. Primeira República em Pernambuco: flagelos da representação política (1904-1911). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica** - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, n. 37, Jan-Jun, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/238568/33439>. Acesso em: 22 fev. 2022.